



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
(Decreto nº 306/2016)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA
FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC07 - Assistência de Contas a Pagar e Controles Financeiros

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

Solicitamos sua compreensão e colaboração.

BOA PROVA!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

- 1) **A retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar o seu valor aquisitivo denomina-se:**
- a) adicional.
 - b) parcelas indenizatórias.
 - c) gratificação.
 - d) remuneração.
 - e) vencimento.
- 2) **Reabilitação funcional é o conjunto de medidas que visa ao aproveitamento do potencial laborativo residual do servidor efetivo portador de restrições de saúde (física, mental e sensorial), em atividades laborativas compatíveis com as mesmas, e se dará por:**
- a) licença para tratamento da própria saúde.
 - b) readequação ou readaptação funcional.
 - c) oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.
 - d) realização de sessões de fisioterapia e psicoterapia.
 - e) avaliação da vida funcional do servidor acompanhada de testes compatíveis com a função.
- 3) **A insubordinação grave em serviço é passível de:**
- a) pena de advertência.
 - b) pena de repreensão.
 - c) pena de demissão.
 - d) suspensão da remuneração, por até 15 dias.
 - e) suspensão da remuneração, por até 30 dias.
- 4) **Na prefeitura de Riacho Feliz, durante o exercício financeiro de 2015, foram realizados 10.000 empenhos, sendo 9.100 empenhos liquidados e 8.700 empenhos pagos. Assim, quantos empenhos serão inscritos em Restos a Pagar (RP) Não Processados e Restos a Pagar (RP) Processados, no exercício financeiro de 2015, no Município de Riacho Feliz?**
- a) Serão inscritos em RP Não Processados 900 empenhos e como RP Processados 400 empenhos.
 - b) Serão inscritos em RP Não Processados 400 empenhos e como RP Processados 900 empenhos.
 - c) Serão inscritos em RP Processados 9.100 empenhos e como RP Não Processados 900 empenhos.
 - d) Serão inscritos em RP Não Processados 900 empenhos e como RP Processados 8.700 empenhos.
 - e) Serão inscritos em RP Não Processados 8.700 empenhos e como RP Processados 9.100 empenhos.
- 5) **A Lei Orçamentária Anual – LOA é constituída pelas despesas orçamentárias e tem classificação e estágios de execução obrigatórios definidos conforme Lei 4.320/64. Desta forma, a respeito deste tipo de despesa e seus estágios, podemos afirmar que:**
- a) não há obrigatoriedade de empenhos prévios.
 - b) o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
 - c) pagamento é ato emanado de autoridade competente que cria para o poder público a obrigação de pagamento.
 - d) em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.
 - e) liquidação é ato emanado de autoridade competente que cria para o poder público a obrigação de pagamento.
- 6) **Conforme texto da Lei nº 4.320/1964, no orçamento público temos dois tipos de créditos: iniciais e adicionais. A respeito dos créditos adicionais podemos afirmar que:**
- a) os Créditos Especiais são abertos devido despesas imprevisíveis e urgentes.
 - b) os Créditos Suplementares são os créditos autorizados para reforço de dotação orçamentária.
 - c) os Créditos Extraordinários são abertos para despesas que não estavam relacionadas no orçamento inicial.
 - d) os Créditos Especiais são abertos visando a suplementação das despesas contempladas no orçamento inicial.

e) os Créditos Suplementares são abertos para as despesas imprevisíveis e urgentes.

7) Na contabilidade aplicada ao setor público, as despesas orçamentárias, aquelas despesas que a sua fixação está inserida no orçamento público, a Lei nº 4.320/64 define uma sequência obrigatória de execução e são chamados de estágios. Portanto, aponte a alternativa que apresenta corretamente essa sequência e esses estágios das despesas orçamentárias:

- a) liquidação, empenho e pagamento.
- b) empenho, licitação, liquidação e pagamento.
- c) empenho, liquidação e pagamento.
- d) licitação, empenho e pagamento.
- e) empenho, licitação e pagamento.

8) A Teoria do Controle é formulada na matemática e trata dos princípios básicos sob os quais são analisados e elaborados os sistemas de controle. Controlar um objeto significa influenciar seu comportamento de modo a obter um resultado desejado. A ciência que estuda os controles automáticos, denomina-se Cibernética, a qual influenciou poderosamente os sistemas de controle e a administração, tendo trazido como principais contribuições a automação e a informática. Assim, assinale abaixo a alternativa correta:

- a) o controle externo da Câmara Municipal será exercido sem o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- b) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- c) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve semestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- d) é permitido a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

e) as contas dos Municípios ficarão, durante seis meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

9) O fundamento do controle interno na Administração Pública Brasileira está no artigo 76 da Lei 4.320/64, o qual estabelece que o Poder Executivo exercerá três tipos de controle da execução orçamentária. Desta forma, é correto afirmar que:

- a) o controle externo, a cargo da Controladoria Geral da União, compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle externo com a finalidade de apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.
- c) o controle interno, a cargo do Congresso Nacional, compete representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- d) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- e) o controle interno, a cargo do Congresso Nacional, compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

10) Quanto às prestações de contas que devam ser realizadas, é correto afirmar que:

- a) quanto ao período de responsabilidade, designam-se gestor das contas e gestor atual no Poder Executivo Municipal o Presidente da Câmara.
- b) quanto ao período de responsabilidade, designam-se gestor das contas e gestor atual no Poder Legislativo Municipal o Prefeito Municipal.

- c) nos processos de Prestação de Contas Municipais, consideram-se gestor das contas o representante legal da entidade responsável, à época da realização das despesas e o gestor atual, o representante legal da entidade responsável pela apresentação da prestação de contas.
- d) a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, nem mesmo para assegurar a observância de prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- e) prestará contas somente as pessoas jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária, sendo excluídas as pessoas físicas.

11) No âmbito da administração pública brasileira temos a tomada de contas especial. A respeito deste tema é correto afirmar que:

- a) a Tomada de Contas Especial é um instrumento de que dispõe a Administração Pública para verificar as contas dos órgãos que ao prestarem contas essas são apontadas ressalvas em sua aprovação.
- b) a Tomada de Contas Especial é realizada pelo controle interno de cada órgão, com auxílio do Ministério Público buscando sempre o ressarcimento de eventuais prejuízos que lhe forem causados.
- c) a Tomada de Contas Especial tem como base a conduta de toda a equipe de controle interno verificando se agiram em descumprimento à lei ou deixaram de atender ao interesse público.
- d) o pressuposto essencial para a instauração de Tomada de Contas Especial é o início de novo mandato ou reeleição.
- e) cabe ao Tribunal de Contas determinar a transformação do processo em tomada de contas, quando em prestação de contas for constatada ato ilegal, ou ocorrendo indícios de desfalque ou desvio de bens, recursos e valores públicos.

12) Pertinente as decisões e julgamentos realizados pelo Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- a) as contas são julgadas regulares com ressalva, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.
- b) as contas são julgadas irregulares, quando comprovada omissão no dever de prestar contas; infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, ou ainda dano ao erário.
- c) as contas são julgadas regulares, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, de que não resulte dano ao erário.
- d) decisão terminativa é a decisão pela qual o Conselheiro-relator ou o Plenário do Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento e determinar diligências necessárias à instrução ou saneamento do processo.
- e) decisão preliminar é a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

13) De acordo com a Lei nº 8.666/93:

- a) se houver impugnação do edital pelo licitante, o mesmo ficará impedido de participar da licitação até decisão final sobre a impugnação.
- b) o licitante somente poderá impugnar o edital juntamente com a apresentação dos envelopes.
- c) somente os licitantes podem impugnar o edital da licitação.
- d) a impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- e) a impugnação dos termos do edital poderá ser feita em qualquer fase do processo licitatório.

14) Sobre os recursos administrativos no âmbito da Lei 8.666/93, é incorreto afirmar:

- a) cabe recurso do julgamento das propostas.

- b) cabe recurso da aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- c) não cabe recurso administrativo da formalização de aditamento contratual.
- d) cabe recurso do cancelamento do registro cadastral.
- e) não cabe recurso da revogação da licitação.

15) Segundo o caput do Art. 17 da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins de entendimento do que se considera despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente deve ser:

- a) derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- b) derivada de lei ou decreto, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- c) derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- d) derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
- e) derivada de lei ou decreto, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a quatro exercícios, dessa forma coincidindo com o Plano Plurianual.

16) Em que pese haja os limites prudenciais e de alerta, para fins de atendimento específico à Lei de Responsabilidade Fiscal, os percentuais da receita corrente líquida de despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderão exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- a) União: 60% (sessenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).

- b) União: 60% (sessenta por cento); Estados: 50% (cinquenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- c) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).
- d) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- e) União: 60% (sessenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 65% (sessenta e cinco por cento).

17) A Lei 101/00, chamada de LRF, também trata da Escrituração e Consolidação das Contas, e estabelece uma série de observações, além das demais normas da contabilidade pública. Assinale aquela observação que não faz parte do rol, listado na referida lei:

- a) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio.
- b) as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- c) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência.
- d) a escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.
- e) a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

18) De acordo com o Capítulo II da LRF, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. A LRF destaca ainda, o que deverá conter no projeto da LDO:

I. Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos

recursos obtidos com a alienação de ativos.

II. Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

III. Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Assinale a correta:

- a) apenas o item I está correto.
 - b) os itens I e II estão corretos.
 - c) os itens II e III estão corretos.
 - d) todos os itens estão corretos.
 - e) nenhum item está correto.
- 19) A Lei nº 101/00 no capítulo que trata da dívida e do endividamento de definições básicas relacionadas ao tema. Especificamente à dívida pública consolidada ou fundada, pode-se afirmar que:**
- a) é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - b) é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - c) é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - d) é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
 - e) é compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens.
- 20) De acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações assinale a alternativa correta:**

- a) o ativo não circulante é composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
 - b) a conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela realizada.
 - c) na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
 - d) a demonstração dos fluxos de caixa indicará as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: operações, financiamentos e distribuições.
 - e) são coligadas as sociedades nas quais a investidora não tenha influência significativa.
- 21) Determinada companhia possui um imóvel que não é destinado à manutenção de suas atividades. Este imóvel deverá ser classificado no Balanço Patrimonial no ativo:**
- a) imobilizado.
 - b) intangível.
 - c) realizável a longo prazo.
 - d) circulante.
 - e) investimento.
- 22) Determinada entidade alienou com ganho uma máquina de sua linha de produção que será substituída por meio da compra de outra máquina. O ganho resultante da venda deste ativo imobilizado é classificado como:**
- a) receita de caixa.
 - b) receita não operacional.
 - c) outra receita não operacional.
 - d) outra receita operacional.
 - e) acréscimo não operacional.
- 23) Uma entidade adquiriu, a vista, ativo imobilizado no valor de R\$ 50.000,00. Em seguida, pagou R\$ 200.000,00 referente a amortização de empréstimos. Assinale a alternativa que indica onde os valores relativos à estas operações**

deverão ser classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa da companhia, respectivamente:

- a) atividade de investimento e operacional.
- b) atividade operacional e financiamento.
- c) atividade de investimento e de financiamento.
- d) atividade de financiamento e equivalentes de caixa.
- e) atividade operacional e de investimento.

24) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e em especial no disposto na NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, o patrimônio público sob o enfoque contábil é estruturado em três grupos, quais sejam:

- a) orçamentário, patrimonial, custos e compensação.
- b) ativo, passivo e saldo patrimonial.
- c) ativo financeiro, passivo financeiro e saldo patrimonial.
- d) ativo, passivo e patrimônio líquido.
- e) ativo consolidado, passivo consolidado e saldo patrimonial.

25) A NBC T 16.6 (R1) – Demonstração Contábil estabelece as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público. De acordo com a referida norma, são consideradas demonstrações contábeis de entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público, exceto:

- a) demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- b) balanço Financeiro.
- c) demonstração das Variações Patrimoniais.
- d) demonstração Resultado Econômico.
- e) demonstração dos Fluxos de Caixa.